

**Jornal Notícias**

31-01-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 110603**Temática:** Economia**Dimensão:** 1673**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4/5**RELATÓRIO DA INSPEÇÃO DE FINANÇAS //P.4 E 5**

9 EM CADA 10 TAXISTAS ENGANAM O FISCO

- **Em Aveiro**, distrito tipo, inspeção apurou que 95% dos taxistas fogem ao Fisco
- **Antral** diz que conclusões não são representativas e a maioria é cumpridora

Operação das Finanças concluiu que, entre receitas e despesa

NOVE EM CADA DEZ TAXI

João Paulo Costa

joaopaulo.costa@jn.pt

A inspeção foi efetuada em Aveiro, mas as Finanças consideram que é um espelho do que se passa no país: 95% dos taxistas fogem ao Fisco. Se os rendimentos fossem os declarados, ganhariam 83 euros por mês.

Nove em cada dez taxistas foge ao Fisco. É esta a principal conclusão de uma inspeção efetuada pela Direção de Finanças de Aveiro (DFA) efetuada no distrito, considerado pelos responsáveis das Finanças um espelho do que se passa no resto do país.

Ações de prospeção efetuadas por inspetores incógnitos em alguns táxis "confirmaram que na generalidade dos casos as faturas pelas operações não são emitidas pelos taxistas", confirmou fonte das Finanças ao JN. Se ganhassem aquilo que declaram, descontando as despesas apresentadas com as viaturas, cada taxista ganharia em média 83 euros mensais.

Admitiram fuga

No distrito de Aveiro existem cerca de 450 táxis, que pertencem a 400 sujeitos passivos. Numa primeira fase da inspeção aos anos de 2011, 2012 e 2013, a DFA escolheu 111 sujeitos passivos e destes

106 (mais de 95%) tinham cometido irregularidades. Noventa e sete admitiram de imediato a fuga aos impostos, tendo regularizado voluntariamente as correções apuradas, e nove contestaram. Apenas cinco dos operadores não tinham qualquer tipo de anomalia.

385 mil euros já pagos

Em média, cada taxista fiscalizado omitiu aproximadamente 3500 euros de impostos devidos. Só nesta centena de casos inspecionados pela DFA, revela a mesma fonte, "os taxistas não declararam um milhão e meio de euros de rendimentos, matéria coletável que se traduz em cerca de 300 mil euros de imposto (IRS/IRC) para o Estado, aos quais se junta cerca de 85 mil euros de correções em sede de IVA". O Estado arrecadou ainda cerca de 60 mil euros em contraordenações por estas infrações.

Como o Fisco os apanhou

A Direção de Finanças de Aveiro iniciou a sua investigação pela procura de fontes que permitissem calcular os quilómetros percorridos por cada táxi, tendo obtido informação junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, relacionada com as inspeções periódicas obrigatórias, e ainda nas oficinas de automóveis, nas quais é efetuado o registo dos quilómetros percorridos no hodómetro.

Com base nessa informação, considerando o valor base de 40 centimos de prestação de serviços por quilómetro e efetuando uma estimativa dos quilómetros percorridos em prestação de serviços, foram apuradas divergências significativas: os 111 taxistas fiscalizados percorreram 14,5 milhões de quilómetros em dois anos, tendo omitido à tributação 4,5 milhões de quilómetros.

Taxista-tipo

As divergências não passam apenas pelos quilómetros, traduzindo-se nos rendimentos. Segundo o retrato traçado pela DFA, com base nas declarações de rendimentos, o taxista-tipo possui uma viatura, sendo proprietário e motorista, declarando anualmente um valor de prestações de serviços de 10 578 euros, o que significa aproximadamente 880 mensais. Deduzindo os custos da atividade (gasóleo, manutenção e seguros), muitos dos taxistas tinham menos receitas do que despesas.

Num ano os táxis do distrito de Aveiro percorreram 19,9 milhões de quilómetros, tendo declarado às Finanças 1,8 milhões de euros de prestações de serviços. "Baseando-nos num consumo médio de sete litros de gasóleo por cada 100 quilómetros, teríamos custos, apenas considerando combustíveis, de cerca de 1,4 milhões de euros, o que significaria que cada operador económico deste setor, em média, auferia menos de 1000 euros anuais de rendimento, cerca de 83 euros mensais", contabiliza as Finanças. Os inspetores constataram igualmente que muitos taxistas omitiam custos na declaração de rendimentos de forma a não alertarem o Fisco.

A não emissão de fatura pode implicar uma coima variável entre 150 e 7500 euros. Mas também o cliente pode ser penalizado pelo facto de sair do táxi sem a fatura, andando a coima entre os 75 e os 4000 euros.

A DFA conta fiscalizar este ano mais meia centena de operadores de táxis. ●

66



"Mesmo quando os clientes estão com mais pressa, faço sempre questão de lhes passar fatura"

Albino Pereira
80 anos, Porto



"Havia de existir mais inspeção, eu nunca pego no carro se não tiver tudo legal e em ordem"

José Madureira
60 anos, Porto



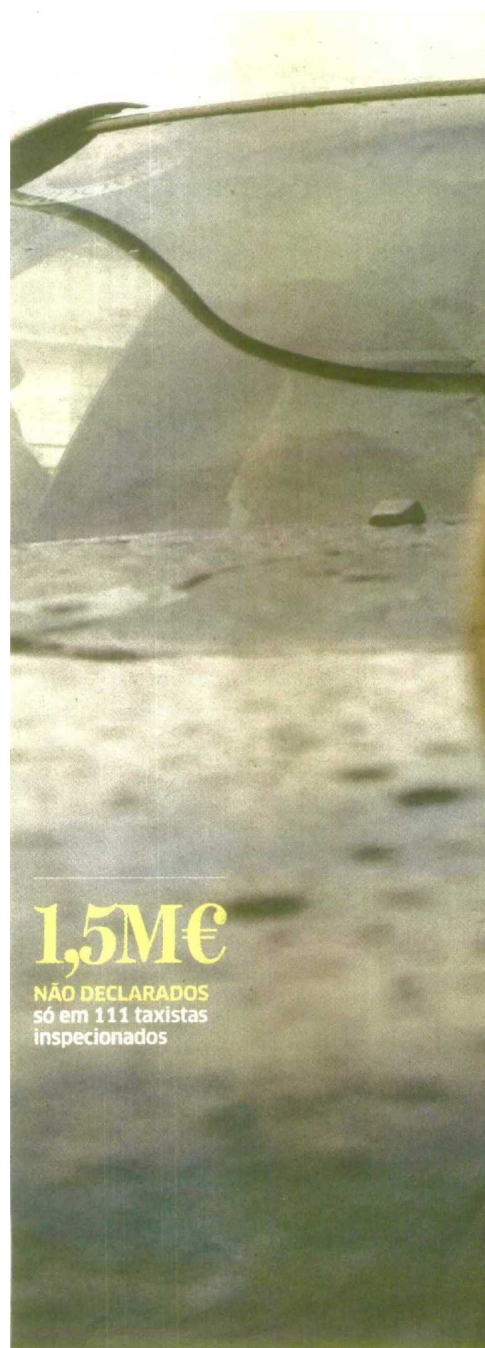
"Os clientes têm o direito de exigir fatura e nós o dever de ter tudo em condições para a passar"

Domingos Sousa
70 anos, Porto



"A carga fiscal que exercem sobre os taxistas por vezes não compensa o trabalho"

Manuel Pereira
49 anos, Gondomar



1,5M€

NÃO DECLARADOS
só em 111 taxistas
inspecionados

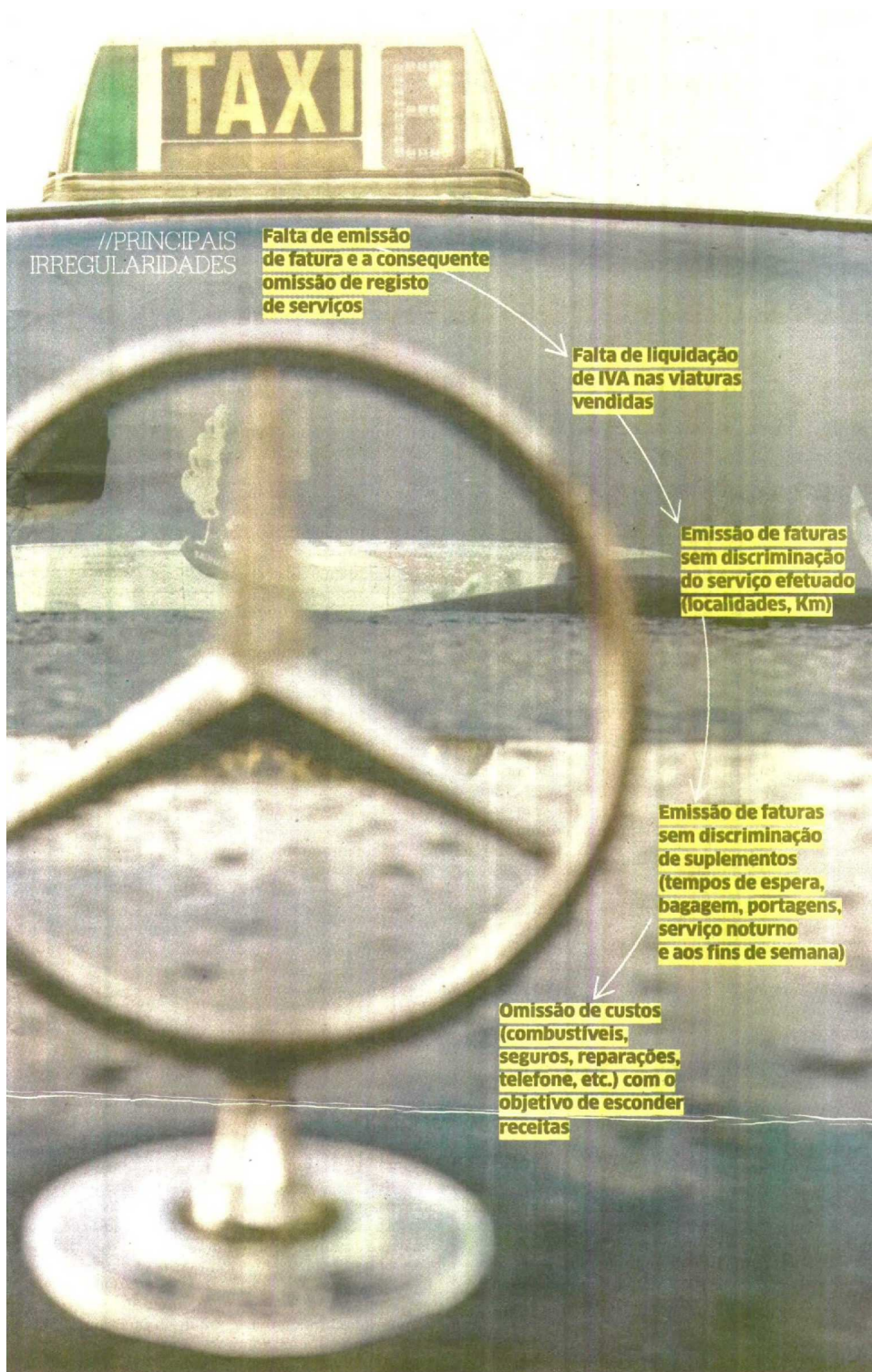
ASSOCIAÇÃO AFIRMA QUE A MAIORIA CUMPRE A LEI

► Os representantes dos taxistas não põem em causa a inspeção da DFA mas consideram que as conclusões não são representativas do setor. José Monteiro, vice-presidente da Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), diz que "a maioria dos taxistas cumpre a lei", declarando o que ganha. Confrontado com o facto da maioria dos inspecionados terem admitido as irregularidades, José Monteiro considera que os

visados foram "escolhidos a dedo, constituindo uma pequena faixa infratora". O dirigente da ANTRAL confirma os baixos rendimentos dos taxistas. "Nesta altura a maior parte dos táxis não dão lucro, não podemos declarar o que não ganhamos", responde. José Monteiro conta que o serviço nos seus quatro táxis, no Porto, quebrou 60% desde 2009. "A crise, a retirada dos doentes do SNS e a concorrência ilegal" estão na base da diminuição do serviço.

declaradas, cada taxista ganharia 83 euros por mês

FACTURAS ENGANAM O FISCO



//PRINCIPAIS IRREGULARIDADES

Falta de emissão de fatura e a consequente omissão de registo de serviços

Falta de liquidação de IVA nas viaturas vendidas

Emissão de faturas sem discriminação do serviço efetuado (localidades, Km)

Emissão de faturas sem discriminação de suplementos (tempos de espera, bagagem, portagens, serviço noturno e aos fins de semana)

Omissão de custos (combustíveis, seguros, reparações, telefone, etc.) com o objetivo de esconder receitas

Finanças apostam no controlo da emissão de faturas

AOLONGO dos últimos anos, o Fisco tem “ajustado” as suas prioridades de inspeção em função das áreas e setores de atividade onde deteta ou antecipa maior risco de fraude ou evasão fiscal. Construção civil, imobiliárias, comércio a retalho, comércio eletrónico, restauração, oficinas, empresários em nome individual e agências de viagens são apenas algumas das atividades que já passaram pelo “top” dos controlos da Administração Tributária (AT). Este ano, não serão setores que vão centrar atenções, mas os comportamentos e equipamentos.

A contabilização da fuga ao Fisco é sempre um exercício difícil de fazer, mas um estudo recentemente realizado pela organização internacional Oxfam indica que Portugal deixa de arrecadar todos os anos cerca de 12 mil milhões de euros de receita fiscal em esquemas de evasão e fraude. O valor da cobrança coerciva corresponde a 15% do valor de fuga de impostos estimado.

O potencial de cobrança é elevado e algum pode ser conseguido através de um reforço da eficácia do sistema de faturas. Ou seja, depois de ter colocado no terreno um sistema que obriga as empresas à emissão e posterior envio à AT destes comprovativos de transações, o Fisco vai este ano centrar-se no controlo dos registos dos programas que emitem as faturas e nas máquinas registadoras.

Mas os controlos não vão ficar por aqui. Na mira do Fisco vão também estar o controlo de acréscimos de património que não encontrem justificação no rendimento declarado, as transações intragrupos ou os negócios que passem por paraísos fiscais.

Os contribuintes singulares também terão direito a al-

guma dose de atenção por parte da administração fiscal, que estará atenta ao controlo de retenções na fonte, às vendas de imóveis e apuramento de eventuais mais-valias ou ainda aos reembolsos – para evitar que as famílias apresentem mais despesas de saúde, educação ou com a casa do que aquelas que realmente fizeram.

Apesar da crescente sofisticação dos meios de controlo, João Pedro Martins, do Observatório de Economia e Gestão de Fraude, considera que só com inspeções no terreno a administração fiscal poderia efetivamente certificar-se de que todas as transações são acompanhadas da respetiva emissão de fatura. É esta falta de capacidade de acompanhar tudo e todos que leva a que haja setores mais associados à fuga ao Fisco, e que para alguns deles (como a restauração, oficinas e cabeleireiros) tenha sido criado um incentivo fiscal.

LUCÍLIA TIAGO

NÚMEROS

12

mil milhões de euros

Valor estimado de perda de receita fiscal anual devido aos casos de fuga e de fraude fiscal, segundo cálculos da organização internacional Oxfam.

1,9

mil milhões de euros

Montante de receita fiscal que em 2013 foi cobrado coercivamente. Trata-se do valor mais alto de sempre registado em Portugal.